



# Anais da Assembléia

N.º 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1984

ANO X

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA  
ATA DA 100.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1984.

(Terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Gernote Kirinus e Erondy Silvério.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielise Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.  
(1) SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Of. n.º 63/84 - P/MC

Em 19 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que o Supremo Tribunal Federal, em sessão Plenária realizada no dia 17 do corrente mês, deferiu, em parte, a medida cautelar requerida na Representação n.º 1.218-2 para suspender provisoriamente a eficácia do § 2.º do artigo 72 da Constituição desse Estado, na redação dada pela Emenda Constitucional n.º 22.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de consideração e apreço.

(a) MINISTRO CORDEIRO GUERRA - Presidente.

Mensagens:

MENSAGEM N.º 212/84

Curitiba, 15 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio n.º 248/84, celebrado em 31 de

agosto de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, da Secretaria de Estado dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem — DER e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL, objetivando a execução de obras de recomposição do sistema viário na área impactada pela formação do reservatório da hidrelétrica de Itaipu.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 213/84

Curitiba, 15 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 27 de setembro de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná — SUCEPAR e o Município de Santa Terezinha do Itaipu, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHÁ

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.º 214/84

Curitiba, 15 de outubro de 1984

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 02 de abril de 1984, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e os Municípios de Alto Piquiri, Catanduvas, Florestópolis, Guaraci, Inajá, Mariópolis, Marmeleiro e Porto Rico, objetivando a execução de obras de construção e/ou reformas de Centros de Saúde, nos Municípios signatários.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso

no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 215/84

Curitiba, 15 de outubro de 1984.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Contrato de Colaboração Financeira Não-Reembolsável, celebrado em 21 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com a interveniência do Ministério da Saúde e os seguintes objetivos:

- a) recuperação e reaparelhamento de unidades públicas de saúde e saneamento;
- b) assistência médica;
- c) assistência farmacêutica; e
- d) adequação dos sistemas de vacinação.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do trabalho.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOSÉ RICHIA

Governador do Estado.

À Diretoria Legislativa.

Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja atribuído REGIME DE URGÊNCIA, à votação do Projeto de Lei nº 224/84, que dispõe sobre Resumo dos Quadros de Oficiais, objeto da Mensagem Governamental nº 177/84, de 30 de agosto de 1984.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) MÁRIO PEREIRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O O Deputado Basílio Zanusso, ao final assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA ao Projeto de Lei nº 249/84, de sua autoria, denominando JÚLIO ZACHARIAS a Rodovia PR - 555, em construção.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserto nos Anais da Sessão Plenária de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem WILL CARLO MEIRA DE ANDRADE, ocorrido dia 21 próximo passado.

Requeiro, outrossim, que seja da decisão da Casa

seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) DONATO GULIN

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do Senhor CIRO ANDRADE FOGAÇA, ocorrido no dia 22 próximo passado, na cidade de Ubatã-Paraná.

Solicita, outrossim, após sua aprovação, seja dado ciência à família enlutada, naquela cidade.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

#### JUSTIFICATIVA:

CIRO ANDRADE FIGAÇA, foi um dos pioneiros do Município de Ubatã, residindo muitos anos, homem que muito contribuiu para o desenvolvimento do município, onde se fez admirado e querido por sua luta e coragem.

Ao registrar seu falecimento, queremos deixar o testemunho de que homens como ele são exemplo para os que ficam e para gerações de amanhã.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado na ata da sessão de hoje: um voto de regozijo à ACADEMIA UNIVERSAL ARTE E PROFISSÃO, pelo transcurso de seu 30.º Ano de Fundação na cidade de Ponta Grossa.

Requer, outrossim, seja encaminhado expediente à Ilustríssima Senhora Diretora, Irmã Genoveva Paczkowski Antunes Pinto, dando ciência da decisão do Douto Plenário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Pelo relevante trabalho prestado por essa Academia, que durante 30 anos de atividade engrandeceu a Comunidade da Princesa dos Campos; na difusão profissional e artística; no preparo do jovem a uma profissão especializada para indústria e comércio; concedendo às senhoras adequação à economia do lar; preparação de professores para escolas profissionais; professores para a implantação do ensino profissionalizante e na cooperação com o serviço social da cidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado abaixo-assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício ao Diretor do DER, através da Secretaria de Transportes, sugerindo a implantação de uma linha de transporte coletivo rodoviário entre as cidades de Teixeira Soares e Ponta Grossa e/ou a criação de novos horários na linha existente entre Ponta Grossa e Irati, via Teixeira Soares.

Atualmente, existe apenas um horário na linha Ponta Grossa - Irati, via Teixeira Soares. O ônibus

sai sempre lotado de Irati e os passageiros que embarcam em Teixeira Soares são obrigados a viajar em pé, até Ponta Grossa.

A demanda entre Teixeira Soares e Ponta Grossa é tão intensa quanto a de Irati-Ponta Grossa, justificando-se a implantação de uma nova linha ou o aumento de horários na linha Irati-Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Digno Coordenador da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE, Doutor ÉLIO JOÃO VENTURA, solicitando apoio para a criação de uma Estação de Piscicultura no Município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a crescente necessidade de produzir-se mais alimentos, é necessário pensar em fontes alternativas capazes de suprir as necessidades alimentares das populações.

Jardim Alegre é um Município constituído por cerca de 90% (noventa por cento), de pequenas propriedades rurais voltadas para a agricultura e a pecuária. Em toda a região só existe uma Estação de Piscicultura localizada em Apucarana que, contudo, não atende a demanda.

A Piscicultura desponta como uma fonte alternativa de recurso alimentar e econômico, a presença de uma Unidade de Piscicultura na Região, particularmente, no Município de Jardim Alegre, seria fator de estímulo que propiciaria uma diversificação na área da agropecuária, com a vantagem de que o produto final - PEIXE - além de servir como rico e nutritivo alimento, produziria uma fonte de receita e, conseqüentemente, criaria uma oportunidade de emprego de mão-de-obra.

Com o incremento das FEIRAS REGIONAIS DE PRODUTORES (hoje, uma tradição), haveria facilidade na comercialização, sendo que o peixe produzido na Estação, poderia ser levado VIVO nessas feiras, o que seria motivo de atração e, o que é melhor, propiciaria ao consumidor a garantia de um alimento livre de contaminações e sem o perigo de estar deteriorado.

É inegável o benefício que uma Estação de Piscicultura poderá levar para a Região e do qual não apenas o Município de Jardim Alegre iria usufruir e, sim, outros igualmente poderão ser beneficiados, entre eles citamos: Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Fênix, Grandes Rios, Ivaiporã, Kaloré, Lunardelli, Manoel Ribas, Pitanga, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, entre outros.

É, pois, baseado na necessidade da exploração e implantação de recursos que podem representar importante papel agroeconômico que apresentamos o presente requerimento, aguardando que o mesmo mereça aprovação.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, Doutor LUIZ CORDONI JÚNIOR, solicitando a construção de um Centro de Saúde tipo CS - 1, na sede do Município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Sendo a SAÚDE DO POVO uma das metas prioritárias do Governo JOSÉ RICHÁ, é de se esperar que o Município de Jardim Alegre receba a devida atenção nesse setor visto, que, com o aumento de sua população, necessário se faz que o Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social, leve para a Região um atendimento adequado aos munícipes - que não tendo um lugar condizente, são atendidos, precariamente, no Centro Social Urbano.

Convergem para ali, diariamente, um grande número de doentes e, entre tantos, existem casos de doenças infecciosas, colocando em risco a saúde de crianças e adolescentes que freqüentam as dependências do Centro Social Urbano.

Diante de tal situação, apelamos no sentido de que com a maior brevidade possível, seja construído um Centro de Saúde convenientemente equipado, com a finalidade específica de atender a comunidade de Jardim Alegre. A obra poderá ser executada com recursos oriundos do P.E.C. (Programa de Extensão de Cobertura das Ações da Saúde).

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura, Doutor CLAUS MAGNO GERMER, solicitando a criação e implantação de um Centro Experimental do IAPAR - Instituto Agrônomo do Paraná, no Município de Manoel Ribas.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

A importância que representa o uso adequado do solo, requer um elaborado e bem orientado plano de pesquisa visto que, a nível de Região, o Vale do Ivaí apresenta diversidade de solos de um município para outro. Por outro lado, a maioria das propriedades rurais são pequenas, e a cultura diversificada. Em função dessas diversificações - solo e cultura - é de grande e significativa importância que a Região possa contar com um Centro Experimental do I.A.P.A.R., garantindo dessa maneira que o solo seja convenientemente aproveitado, sem prejuízos das culturas exploradas.

A pesquisa permitirá que profissionais e técnicos da área, realizem ensaios adequados aos tipos de solos da Região, ensaios esses que vão desde a seleção das sementes, até o plantio que, indubitavelmente, contribuirá para maiores e melhores colheitas, garantindo produtividade, quantidade e qualidade.

Com a implantação de um Centro Experimental do I.A.P.A.R. no Município de Manoel Ribas, os benefícios poderão se estender para os municípios

adjacentes, condicionando e adequando o uso do solo de toda a Região.

Pelo acima exposto, esperamos que o presente requerimento encontre receptividade e aprovação.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado da Agricultura, Doutor CLAUS MAGNO GERMER, solicitando que através da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná CAFE DO PARANÁ, seja criada uma Estação de Piscicultura no Município de Jardim Alegre.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) ORLANDO PESSUTI

### JUSTIFICATIVA:

Com a crescente necessidade de produzir-se mais alimentos, é necessário pensar em fontes alternativas capazes de suprir as necessidades alimentares das populações.

Jardim Alegre é um município constituído por cerca de 90% (noventa por cento), de pequenas propriedades rurais voltadas para a agricultura e à pecuária. Em toda a Região, só existe uma Estação de Piscicultura localizada em Apucarana que, contudo, não atende a demanda.

A Piscicultura desponta como uma fonte alternativa de recurso alimentar e econômico e a presença de uma Unidade de Piscicultura na Região e, particularmente, no Município de Jardim Alegre, seria fator de estímulo que propiciaria uma diversificação na área da agropecuária, com a vantagem de que o produto final, PEIXE, além de servir como rico e nutritivo alimento, produziria uma fonte de receita e, conseqüentemente, criaria uma oportunidade de emprego de mão-de-obra.

Com o incremento das FEIRAS REGIONAIS DE PRODUTORES (hoje, uma tradição), haveria facilidade na comercialização, sendo que o peixe produzido na Estação, poderia ser levado VIVO nessas feiras, o que seria motivo de atração e, o que é melhor, propiciaria ao consumidor a garantia de um alimento livre de contaminações e sem o perigo de estar deteriorado.

Além da Piscicultura em si, a Estação poderia fomentar outras atividades associadas a agropecuária, tais como: ranicultura, apicultura, ovinocultura, caprinocultura, conicultura, estação de monta (Programa de Tração Animal), além da produção de mudas frutíferas, entre outras.

É inegável o benefício que tal empreendimento poderá levar para a Região e do qual não apenas o Município de Jardim Alegre iria usufruir e, sim outros municípios, igualmente, poderão ser beneficiados, entre eles, citamos: Barbosa Ferraz, Bom Sucesso, Borrazópolis, Cândido de Abreu, Faxinal, Manoel Ribas, Pitanga, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí, Fênix, Grandes Rios, Ivaiporã, Kaloré, Lunardelli e outros.

É, pois, baseado na necessidade, da exploração e implantação de recursos que podem representar importantes papel agroeconômico que apresentamos o presente requerimento, aguardando que o mesmo mereça aprovação.

Projetos de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 279/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

### DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída como matéria obrigatória nos currículos escolares de 1º e 2º Graus a disciplina "Educação de Trânsito".

Art. 2º - Na organização do programa da disciplina, serão ouvidos, obrigatoriamente, os órgãos públicos e o setor privado, envolvidos no controle do trânsito.

Art. 3º - O conteúdo programático conterá, obrigatoriamente, a abordagem dos aspectos:

I - Legislação Atual: até onde for possível a abordagem, relativamente à Série Escolar abrangida;

II - Humanização do Trânsito: pela análise amena da situação caótica do trânsito nos centros urbanos e rodovias; e

III - Perspectivas do Trânsito pela Educação no Setor;

§ Único - a estruturação da matéria deverá ser orientada pedagógica e psicologicamente para influir na conduta dos estudantes, visando a preparação dos usuários do trânsito do futuro.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

Apoio: Jorge Maia Filho, Augusto Carneiro, Tugio Setogutte e Nelson Buffara.

### JUSTIFICATIVA:

Genericamente os malefícios do trânsito têm sido debitados à desatenção humana ao volante, às falhas técnicas dos veículos e de seus componentes mecânicos, às intempéries, à sinalização, ou deficiente em si, ou destruída pela vandalismo etc.

Entretanto, a colocação principal em torno da responsabilização pelos acidentes, tem sido particularmente e, cada vez mais, levada ao cargo da falta de conscientização das pessoas quando no comando do veículo ou, mesmo como pedestres, levados ao deslocamento urbano ou rodoviário sem os mínimos cuidados com os perigos explícitos ou implícitos.

O veículo automotor tornou-se um verdadeiro flagelo, passando a ser considerado um instrumento perigoso na mão de maus condutores, tanto que têm sido apresentados dados estatísticos que o levam à condição de maior causador de mortes entre os povos, mais, até, que todas as guerras que, de uma forma ou de outra, atingiram a humanidade, desde os seus primórdios e até hoje. E note-se que o veículo motorizado tem em torno de 100 anos de existência apenas.

Segundo outros dados levantados recentemente, três são as causas que aparecem como causadoras de acidentes de trânsito, exclusivamente no que concerne à falha humana: imprudência, negligência e imperícia. O primeiro caso é quando se verifica menosprezo do motorista para com as normas de segurança mais elementares e que se referem à sinalização e ao bom senso nas ultrapassagens, mencionando-se, também, o desconhecimento de sinais luminosos e buzinas, relevando-se, ainda, os efeitos do uso abusivo das bebidas alcoólicas.

A negligência está relacionada com várias infrações e se refere aos cuidados mínimos com a manutenção e segurança do veículo e seus componentes mecânicos.

A imperícia é o terceiro item e, surpreendentemente não culpa os novos motoristas e sim os mais antigos, em razão, talvez, de uma auto-suficiência exagerada e inconsequência

Como solução, faz-se necessário o incremento de campanhas públicas de orientação e alerta, com outra linguagem nas mensagens, pois é notório que as atuais já não sensibilizam a população, embriagada pelas tragédias diárias, a cada vez mais grotescas. e que, exatamente por essa escalada, leva a que as pessoas não mais se dêem conta da gravidade do momento.

A exemplo do Administrador de Empresas NEWTON PINTO, de cujas idéias a respeito, surgiu o primeiro estudo do presente projeto de lei, tem sido uma constante hoje a preocupação de setores da sociedade, sensíveis ao problema e que levam ao debate restrito quanto ao seu envolvimento, mas profundo e exaustivo quanto a sua análise, daí surgindo pensamentos e esforços que consubstanciam o fortalecimento de uma tomada de posição da comunidade.

É preocupante vermos o caos instalado, apesar dos esforços desenvolvidos em todos os sentidos. Entretanto, parece faltar o mais importante que é o atingimento das crianças pela promoção de iniciativas que as levem constantemente ao contato com o problema, com fundamentação psico-pedagógica e ao mesmo tempo recebendo educação específica, preparando-as para o futuro quando, ao ritmo atual, sem iniciativas profundas e que redefinam a sua rota, verdadeiramente enfrentaremos o desespero latente em nossas vias.

Finalmente, é importante evidenciar que qualquer medida que se tome, sem se pensar na educação ostensivamente colocada e com prioridade desde a base educativa de nossas crianças, será infrutífera.

#### PROJETO DE LEI Nº 280/84

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "Ordem Auxiliadora de Senhoras, da Comunidade Evangélica Luterana de Castro", com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de outubro de 1984.

(a) GERNOTE KIRINUS.

Apoio: Ferrari Júnior, Mário Pereira, Hermas Brandão e Trajano Bastos.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública vem prestando relevantes serviços no campo da filantropia, assistência social e religiosa à comunidade de Castro, grajeando-lhe inclusive o reconhecimento público municipal, através da Lei n.º 286/83 de 25/10/83.

A documentação anexa comprava que a mesma possui os requisitos essenciais para ter o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda

a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA -- Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, realizou-se no litoral, melhor dizendo, no Município de Matinhos, uma reunião com todos os Prefeitos daquela região, com o Senhor Otto Bracarense, Secretário de Planejamento.

Essa reunião, na qual compareceram os Prefeitos de Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, visava reformular, adequar, ou tentar de uma forma objetiva, com diálogo, modificar a lei do uso do solo. Problema polêmico muito controvertido, os Senhores Prefeitos do litoral, por unanimidade, cinco do PDS e um do PMDB, o de Paranaguá, resolveram divergir da lei do uso do solo, por considerá-la inadequada, impertinente, inclusive tirando tudo o que se entende por liberdade e autonomia dos municípios do litoral.

O Senhor Otto Bracarense, com muita habilidade, resolveu acolher sugestões dos Prefeitos do litoral, inclusive, mais tarde, declarando na televisão que iria tentar reformular, conciliando os interesses dos municípios litorâneos e da Secretaria de Planejamento. Isto porque, nós entendemos que há uma verdadeira aberração com o que se quer fazer nos municípios do litoral; aberração no sentido de que ela absorve totalmente a liberdade e autonomia dos municípios.

Portanto, quero cumprimentar os Senhores Prefeitos do litoral que, unisonamente, resolveram divergir dessa lei e encontraram ressonância no Senhor Otto Bracarense.

Cumprimento, também, aquele Secretário de Estado, pela habilidade, pela sensibilidade com que se houve naquela região, muito importante do litoral; ele marcou, o litoral marcou um tento nessa união de Prefeitos, cinco do PDS e um do PMDB, e tenho a impressão que a curto prazo, soluções serão aventadas, e iremos encontrar a solução que mais interessa ao litoral, a fim de que, não desrespeitando os princípios que norteiam, que baseiam esse uso do solo, mas, unificando-a, a ponto de permitir que os municípios possam sobreviver.

Meus cumprimentos aos Prefeitos e, em particular também, ao Senhor Otto Bracarense.

Concluindo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não nos causou surpresa a fala, ontem, do Senhor José Richa, na televisão, quando ele conclamava o povo do Paraná a recepcionar o grande Presidente João Figueiredo que, amanhã, chegará a Foz do Iguaçu. É ele fazia um apelo ao povo daquela região e de todo Estado, para que recepcionassem condignamente o Presidente da República, que, pela primeira vez, depois de 82, pisa em solo paranaense.

Eu entendi que foi uma demonstração de agradecimento do Governador José Richa pelo que ele tem recebido do Governo Federal. É um reconhecimento que faz o Governador e que a mim me conforta bastante, porque é uma prova inequívoca inquestionável, dos muitos benefícios que o Governo Federal tem prestado ao Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o Pequeno Expediente, no Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor

Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"Aquele que defende sua consciência, defende sua religião, defende sua casa, defende a honra sua e dos seus, defende a própria vida". Rui.

Senhor Presidente, citando o grande Rui o engenheiro Ivo Arzua Pereira inicia sua defesa perante este Poder. E aqui vou complementar a leitura de seu ofício dirigido ao Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná. Um ofício em que ele faz sua defesa com relação ao pretensão envolvimento de sua pessoa, em fato de possível, ou de corrupção, ocorrida no Instituto de Previdência e Assistência do Estado ao tempo em que ele era o seu Superintendente.

O ofício foi dirigido ao Senhor Presidente da Casa e os Senhores Deputados devem ter tomado conhecimento do seu conteúdo. Entretanto, não vou proceder a leitura na íntegra, mas acompanhando mencionado ofício, o Engenheiro Ivo Arzua Pereira anexa o seu curriculum vitae, onde ele dá os seus dados pessoais, que também não interessa à Casa, e também não interessa ao propósito que nos trouxe à tribuna.

No Cap. II ele dá sua formação profissional, os livros e trabalhos publicados, livros dos mais alto interesse público, livros que abordam todos os setores da vida pública nacional. Já no Cap. seguinte ele também relaciona as funções que ele exerceu, desde quando ele foi contratado, foi nomeado como engenheiro do Departamento de Estradas e Rodagem. Todas as obras que ele executou ou ajudou a executar, ou que estavam sob a sua responsabilidade naquele departamento, também não interessa aos propósitos que nos trouxe à tribuna. Mas, há aqui, na pág. cinco de seu currículo uma passagem que nós podemos deixar de proceder a leitura, porque é depoimento de um dos maiores paranaenses que a história do Paraná conhece, é um depoimento do ex-Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, quando Ministro da Agricultura em 1955, ele diz o seguinte: "O engenheiro Ivo Arzua Pereira trabalhou sob minha direção quando fui Governador do Estado do Paraná e demonstrou, em serviços de excepcional responsabilidade, as seguintes qualidades, que dificilmente poderão ser superadas por quem quer que seja..."; vejamos o que diz Bento Munhoz da Rocha, talvez a palavra mais abalizada para fazer o conceito de um homem público ele diz "Ivo Arzua tem qualidades que dificilmente poderão ser superadas, tais como, "Idoneidade moral, capacidade profissional; lealdade para com chefes e subordinados; capacidade de comando; disciplina na realização, e visão do conjunto". Essas são palavras do grande paranaense, Bento Munhoz da Rocha.

E na pág. seis, do currículo do engenheiro Ivo Arzua Pereira nós vamos encontrar algumas das suas realizações como Prefeito de Curitiba, eleito pelo voto popular, pelo voto livre e soberano do povo, em sete de outubro de 1962. Como Prefeito de Curitiba ele elaborou debates públicos: fez aprovar o plano diretor de urbanismo de Curitiba, em vigência prevista até o ano de 1989, transformado em Lei n.º 2828, de 31 de julho de 1966.

Eu vou fugir dos detalhes para apressar a leitura das realizações do então Prefeito Ivo Arzua. Elaboração e aprovação da lei de criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, o IPPUC, elaboração

e aprovação das seguintes leis: criação da Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba, URBS, criação da Companhia de Habitação Popular de Curitiba, COHAB - CT, criação do Fundo Municipal de Telefone, que possibilitou Curitiba de se libertar do truste estrangeiro, criação da Fundação de Recuperação do Indigente, a FREL, reorganização do Departamento Rodoviário de Curitiba, criação da Fundação dos Trabalhadores Municipais, nova composição estrutural dos órgãos da Prefeitura Municipal de Curitiba, Reforma Administrativa, obras viárias de Renovação e Desenvolvimento Urbano, desapropriação e demolição de 400 propriedades, alargamento de antiga rua Marechal Deodoro, de 14 para 30 metros, e construção da nova Rua Marechal Deodoro, numa extensão de mil metros e numa área de 17 mil 945 metros quadrados, totalmente modernizada, entre as ruas Desembargador Westphalen e Tibagi; talvez esta, Srs. Deputados, a maior obra, do então Prefeito Ivo Arzua, remodelação da Rua Quinze de Novembro, abertura da Visconde de Nacar, alargamento e pavimentação da Cruz Machado, remodelação da Marechal Floriano Peixoto, alargamento e pavimentação da Rua Tobias de Macedo, remodelação e pavimentação da Travessa Oliveira Belo e da Praça Zacarias, construção e pavimentação asfáltica da Avenida Kennedy, construção e pavimentação da Avenida Paraná, construção e pavimentação das Avenidas Churchill, do Pinheirinho, construção e pavimentação da Avenida Perimetral 3, construção e pavimentação asfáltica de mais de meio milhão de metros quadrados de avenidas, desapropriação, abertura e terraplenagem na avenida de ligação de Santa Cândida e o Atuba, planejamento e construção do Centro Comercial do Portão, obras viárias de construção e manutenção, e por aí afora, Sr. Presidente, nós esgotaríamos nosso tempo do Grande Expediente e também ultrapassaríamos de muito, o tempo destinado ao Horário das Lideranças, se a liderança do meu partido me houvesse por bem conceder, e talvez até, uma sessão não bastasse, tal a magnitude, tal a grandiosidade da obra de Ivo Arzua Pereira

Curitiba viveu duas fases: antes e após. Ivo Arzua Pereira. Antes, uma cidade acanhada, uma cidade sem equipamentos, uma cidade sem planos de crescimento harmônico, para o futuro. Depois, uma cidade planejada, que hoje é o orgulho do Brasil.

E acresce uma circunstância, Sr. Presidente, e nobres Srs. Deputados, tudo isto feito antes da Reforma Tributária de 1967, quando os municípios passaram efetivamente a ser melhor aquinhoados, principalmente os municípios das capitais brasileiras, que então viviam exclusivamente da sua renda tributária, sem nenhuma participação em fundos do Governo Federal, porque na realidade não existiam, e as capitais participavam apenas, do Artigo 20 da Constituição Federal.

Foi uma obra realizada com raça, com coragem e com inteligência, e acima de tudo, com espírito público, por um homem honesto, por um homem capaz, por um homem que, hoje, faz falta nesse contexto dos administradores da coisa pública! Entretanto, Sr. Presidente, Sr. Presidente, nós fomos surpreendidos, surpreendidos como quando verificamos, pela quase totalidade dos nossos jornais, das conclusões a que chegou o Relator da CPI da Corrupção com relação ao Instituto de Previdência e Assistência do Estado; não apenas nós ficamos surpresos, mas, a população curitibana, o povo do Paraná que aprendeu a ver não só em Ivo Arzua, mas, em Hosken de Novaes, e Ney Braga,



homens de uma absoluta honestidade pessoal no trato da coisa pública.

E nós esquecemos ainda, no currículo, Sr. Presidente, de ler, na página 10, ainda uma referência feita por aquele que foi o melhor, talvez o único bom Presidente dos governos revolucionários, que foi o Presidente Castelo Branco.

A respeito de Ivo Arzua, ele diz o seguinte:

“Quando em me aproximando deste local”

(foi quando ele inaugurou o primeiro Conjunto Habitacional de Curitiba, Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, inteiramente construído pelo então Prefeito Ivo Arzua - disse o Presidente Castelo Branco:).

“Quando me aproximando deste local, vi uma placa da Prefeitura, que identifica as obras que agora estão terminando, e outras que estão em desenvolvimento, e, lá, vi escrito o seguinte dístico: “ESTAMOS TRABALHANDO”. É, bem, o emblema da Prefeitura e do Prefeito que tem a chefia da cidade. Não fora a sua determinação e acolhimento patriótico dado ao empreendimento do Governo, nós não teríamos chegado a esta inauguração no dia de hoje. Ivo Arzua Pereira é bem, o administrador autêntico!”

Estas foram palavras proferidas pelo então Presidente Castelo Branco em maio de 1966, por ocasião da inauguração da Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, era minha intenção - era - fazer a defesa dos cidadãos Ivo Arzua Pereira, Hosken de Novaes, e Ney Braga, das levianas conclusões expostas pelo Sr. Deputado José Antônio Fonseca, ao relatar, na CPI da Corrupção o capítulo referente ao Instituto de Previdência e Assistência do Estado, onde pretendeu envolvê-los, como coniventes em possíveis irregularidades verificadas na compra de equipamentos de laboratório, no valor de, aproximadamente, 5 milhões de cruzeiros.

Entretanto, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, não vou fazer a defesa de Ivo Arzua Pereira, Hosken de Novaes, e Ney Braga, por entendê-la desnecessária. Os relevantes serviços prestados pelos eminentes homens públicos, ao Paraná e ao Brasil, talam uma linguagem muito mais sincera, mais eloquente que as acusações pérfidas, rasteiras, contidas naquele Relatório. A retidão de caráter e atitudes de Ivo Arzua Pereira, Hosken de Novaes, e Ney Braga, são reconhecidas até pelos seus adversários políticos; suas gestões à frente dos seus mandatos executivos, primaram, sempre, por indelmentáveis provas de honestidades pessoais. Ora! Pretender responsabilizá-los por possíveis atos desonestos de funcionários do 2.º, 3.º e até do 4.º escalões administrativos, é, acima de tudo, burrice, burrice crassa, que não recomenda bem o Deputado José Antônio Fonseca. Se não é burrice, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, é má fé, e, se não for burrice e nem má fé, é ódio, ódio engravado no coração! E o ódio no coração das pessoas é uma coisa terrível, é uma coisa abjeta, é uma coisa inaceitável, pelo, menos para aquelas pessoas que têm um pouco de respeito pelo cidadão, pela sua família, pela sociedade em que ele vive, mas eu prefiro classificar como burrice, burrice crassa e que não recomenda bem um Deputado que tem mandato legislativo e que vem aqui para representar parcela do povo de seu Estado.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado, Líder da Bancada do PDS.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Nobre Deputado Erondy Silvério, Vossa Excelência construiu a sua

produtiva vida pública, especialmente na sua cidade de Curitiba e aqui Vossa Excelência pôde aquilatar, vivendo Curitiba antes de Ivo Arzua, Curitiba depois de Ivo Arzua, o quanto representa esse eminente homem público para a vida de Curitiba.

O Paraná pôde testemunhar o que representa Ivo Arzua, o Ivo Arzua, Presidente da TELAPAR e o Brasil pôde testemunhar o que representa para a sociedade brasileira a atuação do eminente paranaense Ivo Arzua, quando Ministro da Agricultura.

Portanto, Vossa Excelência é um homem perfeitamente à vontade para traçar o perfil da honestidade paranaense, personificada em Ivo Arzua e Vossa Excelência tem todas as condições, pela sua notável vida pública em Curitiba, de testemunhar alto e bom som a esta Casa, a grande injustiça que se pratica contra Ivo Arzua e na medida em que se ataca e se denigre a honra de um homem do escol de Ivo Arzua, na verdade, está se atacando a própria honra e o próprio sentido de justiça da sociedade curitibana e paranaense.

Meus cumprimentos e o apoio irrestrito da Bancada do PDS ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Muito obrigado e

Vossa Excelência toca num ponto importante. A honestidade pessoal deste homem que remodelando Curitiba, que transformando, modernizando a cidade, apenas com recursos tributários, não como os prefeitos que o sucederam, que já foram beneficiados com a reforma tributária de 1.967 e respectiva participação do ICM gerado dentro do respectivo município.

Os outros não fizeram milagres. Foram apenas inteligentes na aplicação do dinheiro público, mas Ivo Arzua fez milagre, porque eu era Vereador e Presidente da Câmara na sua época de prefeito; durante todo o seu mandato de prefeito, fui Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, por 4 anos e acompanhei de perto o trabalho desse eminente paranaense e Vossa Excelência toca num ponto em que a gente vê a profunda injustiça que se cometeu contra este homem. Apesar dele manejar milhões e milhões de cruzeiros, e depois como Ministro da Agricultura, e depois como Presidente da TELEPAR, este homem saiu do Ministério, pobre, precisando trabalhar diuturnamente para poder manter a sua família, eis que foi aposentado com apenas cento e oitenta mil cruzeiros no Departamento de Estradas de Rodagem, quando nós vemos hoje pessoas que não tem 1/10 do valor desse homem com aposentadorias milionárias. Esse homem, até nisso, foi injustiçado e agora vem essa CPI da Corrupção fazer mais uma injustiça contra o homem público. Uma injustiça e uma burrice de todos os componentes da CPI da Corrupção, porque pretender responsabilizar homens do quilate de um Ivo Arzua, de Hosken de Novaes e de Ney Braga, por possíveis atos de corrupção, cometidos por funcionários de escalões inferiores da administração, seria o mesmo que eu, Deputado da Oposição, pretender imputar ao Governador José Richa, homem reconhecidamente, responsabilidade por atos lesivos ao erário público, eventualmente praticados por funcionários de 2.º, de 3.º e 4.º escalão. Nós não queremos responsabilizar o Governador José Richa que nós sabemos e repito, ser homem honesto. Nem pelos escândalos do dólares. Imaginemos pretender responsabilizá-lo porque o Sr. João da Silva - dos Anzóis - lá num longínquo do Paraná furtou um litro de gasolina de um veículo do Estado. Mas foi isso que pretendeu esta Comissão, esta abjeta Comissão de

Corrupção aqui desta Casa. Foi isso que pretendeu e que tem causado tanta revolta ao povo do Paraná, ao povo de Londrina que conhece bem Hosken de Novaes, ao povo de Curitiba, que conhece o seu ex-Prefeito, o seu ex-Ministro.

Será que esta gente não tem um pingão de vergonha? De bom senso e investigar contra a honra de homens de bem! Concedo aparte ao Deputado Augusto Carneiro.

**O Sr. Augusto Carneiro** — Deputado Erondy, mais uma vez Vossa Excelência, desta tribuna, fala com autoridade e com o conhecimento de quem tem muitos anos de vida pública. E fala com a responsabilidade de um Deputado que sempre foi combativo, mas sempre foi prudente, coerente e acima de tudo, respeitador do valor dos homens que verdadeiramente têm valor. Porque mesmo nesta palavra Vossa Excelência reconhece alguns aspectos positivos do atual Governador, sendo homem de oposição.

Eu pedi esse aparte para adentrar no pronunciamento responsável de Vossa Excelência para dizer o seguinte. De que mais uma vez me sinto muito feliz por ter saído da CPI da Corrupção, por solicitação de Vossa Excelência. E, membro efetivo que era, desisti, desde o momento em que percebi de que a CPI da Corrupção se formou, não para combater, analisar e defender o Governo e este Poder de possíveis corrupções, mas, ela se instituiu com o espírito unicamente de revanchismo e de tentar denegrir a imagem pública de homens que têm prestado relevantes serviços ao nosso Estado e a nossa Nação.

Mais uma vez por este fato e por tantos outros, eu me sinto bem por ter saído da CPI da Corrupção porque não podia, de forma nenhuma, compactuar com medidas da ordem como esta - de apresentar denúncias contra aqueles que trabalharam tanto e continuam, através da sua vida, dos seus atos e das suas atitudes, prestando ainda relevantes serviços a nossa sociedade e ao nosso Estado.

Meus parabéns a Vossa Excelência por fazer essa defesa. Não uma defesa, mas fica como pronunciamento de Vossa Excelência, o nosso alerta e o nosso chamamento de atenção para que a CPI da Corrupção, CPI de uma Bancada só, que ao tomar novas medidas, tome o cuidado para que se faça verdadeiramente justiça e não injustiças como têm feito até o presente momento.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — Muito obrigado a Vossa Excelência. Veja, Sr. Presidente e nobres Srs. Deputados, veja a incoerência dos componentes da CPI da Corrupção. Em cadeia estadual de televisão, no dia 2 de outubro de 1983, o Sr. Governador José Richa em suas primeira prestação de contas ao Paraná, a qual também foi divulgada em toda imprensa do Estado, disse o seguinte. Isto é importante que os Anais registrem, abre aspas:

"Encontramos, é bem verdade, e temos de fazer justiça", isso são palavras do atual Governador José Richa, a algumas empresas em excelente situação financeira.

E eu citaria, diz José Richa, a Corretora BANESTADO e o IPE, que recebemos das mãos honradas de Ivo Arzua Pereira. E depois vem esta Casa, os donos da verdade, os revanchistas, aquele que só tem ódio no coração, dizer que este homem é desonesto! Aliás, o Sr. Deputado José Antônio Fonseca foi muito habilidoso ao afirmar em seu Relatório — abre aspas "o suporte fático do caso não revelou o locupletamento do Governo" fecha aspas.

O que é que quis dizer o precipitado mas

cauteloso Deputado José Antônio Fonseca - o que é que ele quis dizer com isto, suporte fático?

Ele quis dizer que o fato em si não tinha suporte jurídico para acusar os ex-Governadores e o ex-Superintendente do IPE.

Então por que que acusou? Porque - era importante o sensacionalismo, o achincalhe à honra alheia, era importante justificar perante a opinião pública do Paraná a existência dessa coisa esdrúxula, nojenta, abjeta que é a CPI da corrupção, que tem funcionado apenas para deleite e vaidade pessoal dos seus componentes, visto que esta CPI é repudiada pelos homens justos e de bem, da própria bancada do PMDB, que para satisfação nossa e de todo o Paraná os homens de bem se constituem graças a Deus, na maioria da bancada do PMDB. Estes Deputados de bem estão repudiando, só não o fazem publicamente por uma solidariedade incompreensível.

Aos deslumbrados componentes da CPI da Corrupção, que não têm sequer vergonha em assinar um Relatório que vem pronto, que vem preparado pela Procuradoria do Estado, e onde se esquece de colocar até o número das folhas! Como um Relatório que eu peguei em mãos da Fundepar onde o Relator assinou em cruz, e depois vem deitar falação, vem deitar banca de honesto no Plenário desta Casa.

Sr. Presidente e nobres Senhores Deputados. O ex-Ministro, ex-Prefeito de Curitiba, ex-Superintendente do IPE, Ivo Arzua Pereira já se prontificou quando foi injustamente atacado nesta Casa anteriormente, pelo Deputado Edmar Luiz Costa, se prontificou de vir a esta Casa prestar esclarecimentos. A Mesa não se dignou marcar a data.

Agora ele pediu novamente, exigiu e virá nesta Casa, dia 31 de outubro. Porque os homens de bem não têm nada a esconder, não têm nada a temer.

Ele virá a esta Casa prestar o seu depoimento. Mas, antes disso Sr. Presidente e nobres Senhores Deputados, que os Anais deste Poder, enriquecidos pela atuação serena, equilibrada culta, patriótica, da quase maioria dos Deputados que por aqui passaram, registrem o repúdio de todos os homens... (Tímpanos).

**O SR. PRESIDENTE** — (Trajano Bastos) A Mesa comunica ao nobre orador que o seu tempo está esgotado.

**O SR. AUGUSTO CARNEIRO** — O nobre Deputado tem mais cinco minutos do horário da liderança.

**O SR. PRESIDENTE** — (Trajano Bastos) Vossa Excelência passa a falar no horário da Liderança do PDS por mais cinco minutos.

**O SR. ERONDY SILVÉRIO** — ...registrem o repúdio de todos os homens de bem deste Estado por acusações levianas, gratuitas, abjetas, feitas contra a honra de eminentes patrícios, a fim de que os pósteros ao compulsá-los se conscientizem da importância da preservação dos valores humanos que ajudaram a fazer a história deste grande Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE** — (Trajano Bastos) — Consulto à Liderança do PDS se fará uso do horário que lhe é destinado.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Com a palavra



o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Inicialmente eu quero cumprimentar o Deputado Erondy Silvério, que eu não pude fazer em aparte, não pela defesa, mas pela justiça que fez ao grande paranaense que tanto serviço prestou ao Paraná, e que através de uma CPI espúria, e que já recebeu críticas de todos os setores, procura manchar o nome desse grande paranaense que tanto serviço prestou ao Paraná e ao Brasil.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não pretendia fazer nenhum pronunciamento a respeito da sucessão presidencial por já haver cumprido com a minha obrigação no processo eleitoral. Na convenção de meu Partido, optei pela candidatura do Ministro Mário Andreazza por considerar que o mesmo, além de suas qualidades de administrador, teria maiores condições de unir o Partido. Sempre respeitando o posicionamento de meus companheiros que optaram pelo outro candidato Deputado Paulo Maluf; se pregamos a Democracia temos por obrigação de nos curvar à decisão da maioria; a maioria pedessista do País optou por Paulo Maluf. Coerente com o posicionamento que sempre adotei de respeito aos meus companheiros, fidelidade ao meu partido, não poderia tomar outra posição senão a de seguir a decisão da Convenção do PDS.

Se não pretendia fazer o pronunciamento e por que faço? Faço, não para me definir - porque definido sempre estive -, faço porque não suporto ouvir os que se dizem os "donos da verdade", a criticarem e a taxarem de corruptos e desonestos os que enquanto não forem os seus companheiros. Não é mais corrupto, nem desonesto Antônio Carlos Magalhães; não é mais corrupto José Sarney; não é mais arbitrário Armando Falcão e muitos outros por que fazem parte do novo grupo, frente, aliança, PMDB, não sei, só o Senhor Tancredo Neves poderá dizer que grupo é esse.

Procuram encobrir as suas falhas, suas incapacidades, culpando o Governo Federal. No Paraná até se criou a CPI - CPI DA CORRUPÇÃO - para promoção pessoal, não para apurar nada. Sem a menor responsabilidade procuram incriminar e antecipam a decisão final com a divulgação de nomes de pessoas que nada tem a ver com as suas pretensões. Agora, há pouco, o nobre Deputado Erondy fazia menção do grande paranaense Ivo Arzua. Deputados com assento, nesta Casa - entre eles eu me incluo -, o Chefe da Comunicação Social do Governo e muitos outros, nobre companheiro Werner Wanderer, mas quando percebem o erro divulgam nota oficial, mudam até o leito do rio procurando excluir os que não querem expor.

O Presidente da CPI, com apoio de seu relator, tão preocupado em incriminar alguém para se promover, esquece até de seu domicílio eleitoral, sua cidade Peabiru, onde o Prefeito está sendo processado e pedido o afastamento por corrupção. Este fato nem de leve tocou na CPI DA CORRUPÇÃO.

Pois a CPI não é para apurar nada.

Mas volto a falar sobre a sucessão presidencial. Estou convicto que entre as duas opções que temos a melhor é Paulo Maluf. O povo quer mudar. Paulo Maluf é mudança. Mudança,

não das coisas boas que aconteceram neste País nestes vinte anos. O desenvolvimento em todos os setores da vida brasileira. Não preciso citar as estradas, o desenvolvimento urbano, os meios de transportes, a comunicação social, o ensino e a saúde. Paulo Maluf foi o único político, após a Revolução, que teve a coragem de enfrentar o Governo com o Ato Institucional nº 5 em vigor, virando a mesa em São Paulo; não aceitando imposição; pedindo liberdade à classe política; pedindo autonomia para que pudesse criar as novas lideranças no País que, dia a dia, se vinha resumindo nas velhas raposas.

Paulo Maluf não foi Ministro da Justiça no Governo Getúlio Vargas, no ano em que o Presidente se suicidou. Paulo Maluf não foi Primeiro Ministro de Jango em 1961. Nada de importante inovou. Paulo Maluf não renunciou ao cargo de Primeiro Ministro em 1962, para concorrer a Deputado Federal por Minas. Paulo Maluf não implodiu o PP para poder candidatar-se ao Governo de Minas. Porque Paulo Maluf sempre pregou uma meta de Governo, sabendo das eleições indiretas, disputa pela eleição direta. Não pregou a direta disputando pela indireta.

Paulo Maluf tem compromisso com a classe política e, se tem compromisso com a classe política, tem compromisso com o povo. Não se vale dos conchavos espúrios formando um emaranhado de coisas, como Tancredo Neves que, se vencesse, não saberia a quem seguir, se a direta, a esquerda, os oportunistas, etc.

Paulo Maluf está definido. É administrador capaz, inteligente e disposto a administrar este País com a classe política, para que o povo participe e possa junto decidir o que é melhor para este País e para a continuidade do desenvolvimento, sem atitudes arbitrárias e de revanchismo, como estamos assistindo na medida de capacidade de cada município ou Estado administrados pelo PMDB.

Estarei com o meu partido, ao qual procuram debitar os erros do Governo. Se alguma culpa teve, foram os seus dirigentes, que hoje já estão esperando uma oportunidade do outro lado. Portanto, o PDS já passou pelo expurgo dos oportunistas e creio que ainda poderá haver alguns mais.

Das cinzas deste partido danificado pelos oportunistas, agora sem eles, com os homens de bem que o compõem, haveremos de dar a nossa grande contribuição: ao País, em cada Estado, dentro do posicionamento que o povo nos colocou, de situação ou de oposição, mas coerente com o nosso programa partidário que é o melhor, sem sombra de dúvidas, e poderemos colocar em prática. Porque os que deles discordavam já se foram.

O Senhor Gabriel Manoel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Gilberto Carvalho, nós dentro dos parâmetros, vemos Vossa Excelência discorrer sobre um caso muito sério que interessa ao Brasil. Deputado Gilberto Carvalho, apenas para complementar: o raciocínio de Vossa Excelência: veja o que aconteceu no Maranhão, os homens da tal de "frente fria", a frente que não tem frente nem traseira, como dizíamos nós, já conhecendo o traidor José Sarney, conhecendo de perto, Deputado Gilberto Carvalho, Paulo Maluf e ao Presidente da República, a irrestrita solidariedade, o que nos anima, o que nos deixa, nós da Bancada Minoritária desta Casa, Deputado Gilberto Carvalho, é ver Vossa Excelência discorrer sobre um assunto sério, que digam os frentistas, porque que o Maranhão não vai com seu filho, com o filho de sua terra, porque que o Maranhão repudia os traidores, porque a primeira traição ao povo, fora feita, Deputado Gilberto Carvalho por alguns falsos pedessistas que pensaram em pular

de galho mas pularam num galho podre e hoje, sei perfeitamente, Tancredo Neves o jovem ancião, o ancião de 76 anos está com a pulga atrás da orelha, porque levou seu povo das Minas Gerais a votar nele e abandonou o seu povo.

Já dizia Rui Barbosa: "que covarde é aquele que se dá por vencido antes de começar a luta", nada fez Deputado Gilberto Carvalho, enquanto o nosso partido está numa trilha o governador que é da oposição, inaugura estradas, da oposição do governo federal, governador da situação inaugura estradas, luta pelo seu povo que fez o velho gagá das Minas Gerais? Nada. Que fará pelo Brasil, Gilberto Carvalho o homem que não tem mais mensagem, o homem que está fadado às agrurias, porque levou Getúlio Vargas ao suicídio, levou Jango à derrota e vai levar o Brasil, se não fora Paulo Maluf, iria levar o Brasil também para o caos.

Vossa Excelência sabe, Deputado Gilberto Carvalho e eu lhe peço vênha por estar tomando o seu tempo, que um homem superado, um homem que não tem mensagem, um homem que mesclou, um homem que vai trair o PMDB ou vai trair a Frente Liberal, esse homem merece apenas o nosso apoio e nossa oração.

Quando Maluf for Presidente da República, Tancredo Neves há de dizer muito obrigado Paulo Maluf, porque me tiraste de uma enrascada, não sei se vou com DEUS ou se vou com diabo, não sei se vou com Sarney ou vou com os homens que estiveram fiéis à democracia brasileira, Sarney e os homens do PMDB são incompatíveis, são como o óleo e a água que não se misturam, veja bem, num Estado do Nordeste não podem fazer comício juntos, Deputado Gilberto Carvalho, porque Tancredo é um homem superado, ele tem o nosso respeito, a nossa oração, tem tudo nosso, mas não terá o voto dos convencionais, porque o povo, os Deputados sabem em quem votam e Vossa Excelência Deputado Gilberto Carvalho, tem o nosso respeito, vamos pensar para encerrar, não matem o velho, coitado do velho.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito obrigado, pelo aparte, nobre Deputado, Vossa Excelência quando falou no Maranhão disse bem, o povo do Maranhão conhece o Sarney e sabe como tomar as decisões e o caminho a seguir.

O Sr. Odeni Mongruel - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Eu agradeço o Deputado Gilberto Carvalho, a oportunidade que me concede de tecer comentário a respeito deste assunto que Vossa Excelência traz à tribuna na tarde de hoje.

Nós temos pregado sempre, é do nosso feito, a formação, o entendimento e a conciliação nacionais. Neste momento delicado da vida em nosso País.

Apresentei há alguns meses atrás esta proposta de entendimento, de conciliação, sugerindo à época, que situação e a posição neste País, caminhassem para um pacto, para um acordo, onde as condições de respeito de dignidade e de bem estar da família brasileira, fossem os pressupostos básicos desse entendimento. Talvez tenha sido eu mal entendido ou mal compreendido, na ocasião. Isto se prende talvez, também, à minha própria formação de educador. Esta ingenuidade que marca o comportamento do homem envolvido com as lides do magistério. Mas eu continuaria insistindo ainda na expressão entendimento e conciliação não mais através de uma composição entre partidos, em que o candidato a Presidente seria recrutado de uma determinada agremiação; o candidato a vice, recrutado em outra agremiação, e aí nós conseguiríamos então, atravessar

os próximos anos, os anos da transição política, neste País, no clima de ordem desejável por todos os homens de bem.

O entendimento, Deputado Gilberto Carvalho e a conciliação que vejo nos dias de hoje, estão ligados a um comportamento de respeito por parte dos políticos e dos grupos políticos, envolvidos no processo eleitoral. Ora, as regras foram estabelecidas, a situação e a oposição aceitaram as regras de jogo; o processo foi deflagrado nós estamos a cada dia mais próximos do grande momento de 15 de janeiro de 1985, quando será escolhido, o novo Presidente da República do Brasil. E aí sim, entregue o cargo máximo deste país, ao homem recrutado na sociedade civil. O que é preciso, é que as oposições que hoje vivem o desconforto entre as suas pregações ao longo desses 20 anos, é verdade, e o exercício prático, que colocam e que atuam, após a vitória expressiva das oposições em 1982, a níveis estaduais, justifique perante a opinião pública, o que está fazendo.

O que nós estamos notando, portanto, é que, na medida em que o aglomerado de homens diferentes, de idéias diferentes inimigos no passado, hoje companheiros do oportunismo histórico, estão acarretando a essas oposições, esse enorme mal-estar; e que faz com que a emoção sobrepuje a razão. E nós estamos verificando um ataque dos mais sorrateiros, desencadeados contra a nossa agremiação político-partidária e contra o nosso candidato apresentado em convenção do Partido, à disputa do processo indireto, à sucessão presidencial. E veja bem Deputado Gilberto Carvalho, a enorme ironia que nós nos encontramos, em que se encontram hoje, acima de tudo as oposições. Justamente, aqueles homens que personificaram ontem a Aliança Renovadora Nacional, hoje, o PDS, são justamente aqueles, os primeiros que não aceitando as regras do jogo, porque, fatalmente levaria à Presidência da República, um companheiro de partido, é verdade, porém totalmente desvinculado de comprometimento, com as chamadas oligarquias, ou com as velhas raposas da história política brasileira nos últimos anos, abandonaram o Partido e buscaram acolhida nas oposições, até então famigeradas até então execradas por esses mesmos homens.

Portanto, o perfil, a imagem do partido, do nosso partido, de maneira a denegrir este conceito de organização partidária tem tudo a ver com estes homens que, abandonando o partido se incorporaram, hoje, junto com as oposições procurando patrocinar a campanha do ex-Governador de Minas, Tancredo Neves.

E nós temos verificado, justamente pela imprensa, mais precisamente, pela televisão o enorme desconforto que este velho político brasileiro está sendo levado neste instante da vida nacional.

O candidato das oposições, submetido a tamanhas pressões, de um lado os grupos da direita, de outro lado os grupos de esquerda, a cada dia, os principais jornais televisionados do País mostram, na sua fisionomia e na sua dificuldade de expressão, muitas vezes, a incoerência enorme em que se vê envolvido.

E, nós fazemos essas observações, para deixar bem claro, que o ilustre político mineiro é hoje, muito mais um simbolismo e muito menos uma personalidade, porém, se, eventualmente, as oposições chegarem ao Poder, a partir de 15 de março, do próximo ano, o político mineiro, com toda a sua habilidade que conseguiu vencer o processo eleitoral, hipotético que estamos traçando agora, terá de exercer o mando presidencial com a sua personalidade, e não mais na forma simbolística que vem hoje sendo utilizado, de forma tão destacada, por tantos quantos se incorporaram nos Oposições neste País.

O que nós esperamos é que o processo eleitoral seja travado em clima de respeito, em clima de ordem, porque nesta fase da vida do País, não é possível que os políticos neguem a manifestação da sociedade civil,

que através do voto livre em 1982, elegeu os seus representantes, na certeza de que esta representação levaria o País a promover as mudanças de ordem econômica, social e também política, indispensáveis à construção de uma sociedade mais justa!

Se nós, os políticos falharmos, não teremos, quem sabe, nos próximos tempos, uma oportunidade de nos redirmos junto à sociedade brasileira!

Na sociedade, politicamente organizada, Deputado Gilberto Carvalho, os problemas políticos e partidários são solucionados no âmbito das agremiações partidárias, quando os homens negam os acordos que a própria sociedade e a humanidade, no seu processo de desenvolvimento alcançaram, abandonam as agremiações partidárias, e buscam em processos políticos eleitorais soluções fora do quadro partidário, é um dos momentos mais delicados que a sociedade organizada está vivendo!

E nós nos encontramos juntamente neste momento, vivendo um impasse desta natureza, ou os homens políticos têm o equilíbrio para fazer com que o processo indireto, consagrado pela situação e pela oposição, com palavras ou com aceitação tácita, não for levado satisfatoriamente ao seu desfecho: estaremos então diante do caos! E, aí sim, tudo poderá ocorrer!

Que Deus nos ajude, que tenhamos o equilíbrio suficiente, que respeitem as candidaturas que não nos agradam, a fim de que, possamos vencer este calendário e vencendo o calendário levar, no dia 15 de janeiro, por processo ainda indireto à escolha de um Presidente recrutado na sociedade civil, para daí, então, colocarmos as coisas em seus devidos lugares e iniciarmos, vencedores e vencidos, a nova fase que desejamos seja a mais expressiva para o homem brasileiro!

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Eu agradeço, nobre

Deputado, o aparte que Vossa Excelência me oferece e cumprimento-o pela análise que faz ao meu pronunciamento - e dizer a Vossa Excelência que esta conciliação nacional que Vossa Excelência se refere é a que todos os homens de bem esperam da classe política e se até agora não conseguimos esta conciliação nacional, creio que, se houver o encaminhamento desta campanha com mais cuidado, com mais decência e dignidade, que se evite as retaliações nós chegaremos, em 15 de janeiro, em condições de propor esta conciliação nacional, porque seja qual for o Presidente, é preciso que haja conciliação nacional, o entendimento de todos os brasileiros, a união para que superemos todas as dificuldades por que passa todo o País, e esta dificuldade por que passa o País.

E estas dificuldades não precisamos debitar ao PDS, nem ao PMDB, é debitando às várias dificuldades que todos conhecem, que não procuram e que querer negar, da nossa política externa.

Mas, acredito que num entendimento comum, com esta conciliação nacional haveremos de chegar a bom termo e eu espero que haja compreensão da classe política, tanto de um partido como de outro, para que o País possa retomar novos caminhos; retomar com a classe política, uma classe política com mais crédito, mas é preciso que haja compreensão de todos, e é com Paulo Maluf que haverá essa credibilidade, à classe política, e que possam surgir novas lideranças daqui para frente, porque nestes 20 anos poucos líderes surgiram.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Por 20 minutos o Deputado Sérgio Spada.

Com a palavra o Senhor Deputado Sérgio Spada, por 20 minutos.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A campanha popular por eleições diretas para a Presidência da República isolou ainda mais o núcleo autoritário do Palácio do Planalto e desdobra-se hoje, dentro das condições objetivas do país, na firme disposição de nosso povo em derrotar o regime arbitrário e construir a democracia. Milhões de compatriotas vêm ocupando o cenário principal da política brasileira, como desde 1964 não ocorria. Nas capitais dos Estados, nos centros operários e camponeses, e mesmo nos pequenos municípios, distritos e vilas, os comícios, assembléias e reuniões assumem cada vez maior amplitude e profundidade.

Atuam destacadamente na direção deste irresistível momento os partidos políticos de oposição, os sindicatos, as entidades estudantis, as associações profissionais, com o indispensável apoio da Igreja e da imprensa. Cumpre destacar que a intervenção desta poderosa frente se insere no quadro de provocações e intimidações patrocinadas pelos organismos de informação e repressão do regime, reverberando o ódio dos generais às manifestações do povo por seus interesses e direitos. E os move, naturalmente, a preocupação de que a existência da ditadura possa ser abreviada pelas enérgicas ações da sociedade, donde trataram de forjar planos autoritários para impedir o desfecho natural da luta patriótica, por um novo governo, comprometido com a nação brasileira.

O derrube da emenda constitucional Dante de Oliveira e a recusa em promover a prévia no interior do PDS revelaram a fragilidade do regime. Mas, o resultado da política desastrosa dos generais expressou-se mesmo na Convenção Nacional do PDS. Nem coragem de comparecer ao encontro de seu partido teve o general Figueiredo, conquanto seja presidente de honra. E não sem razão, pois os convencionais malufistas simplesmente aniquilaram seu amigo pessoal e de farda Ministro do Interior, coronel Mário Andreazza. Dia seguinte, em Brasília também, o PMDB, em magnífica Convenção, referendou para a disputa da Presidência da República o nome do cidadão Tancredo Neves, de larga tradição na luta oposicionista brasileira.

E isto num instante em que já não é mais possível esconder o fracasso dos últimos cinco governos militares. Desemprego, fome, carestia, doença, mortalidade infantil, dívida externa, corrupção, incompetência, violência, entreguismo e recessão são as marcas registradas do regime militar, que o governo Figueiredo, com maestria, soube aprofundar indelevelmente na vida nacional.

Desautorizado no exterior, solitário no interior, o governo militar divide agora a poder com civil Paulo Salim Maluf. Apenas candidato, este acena com listas negras de demissões a todos quantos se opõem ao projeto Brasil Esperança de imposição do fascismo em nossa Pátria. A máquina do governo é escancaradamente acionada. Os favorecimentos ilícitos, as contas azuis nos bancos estrangeiros, as propinas os negócios especiais, a compra de votos, as chantagens, a subversão dos valores cívicos, a perseguição, o agenciamento da provocação impostora fazem o dia-a-dia do candidato Paulo Salim Maluf.

A par de sua articulação com a extrema-direita internacional, com os monopólios financeiros, Maluf insistentemente recorre a setores das Forças Armadas visando a uma intervenção mais ostensiva na política nacional, em que pese mais de 70 por cento das populações das capitais terem se posicionado,

através de pesquisas de opinião pública, pelo retorno dos militares à caserna. Importa verificar que este apelo às forças reacionárias assume alto grau de periculosidade na medida em que se combina com pronunciamentos destemperados dos ministros do Exército e da Aeronáutica.

O Presidente Figueiredo, ao seu lado, ocupa cadeia nacional de emissoras de rádio e televisão para dizer-se preocupado com as bandeiras dos partidos clandestinos de esquerda e afrontado com a utilização da máquina do governo goiano na realização do comício de meio milhão de pessoas em Goiânia. Sem razão, ameaça as oposições com a aplicação da abominável Lei de Segurança Nacional, em coerência com o espírito de pânico que assalta a minoria no poder, e pratica, isto sim, o jogo das organizações clandestinas ultra-reacionárias de direita e instrumentaliza a comunicação social de governo para promover seu candidato.

Combatendo o radicalismo e o revanchismo, Maluf quer dizer que em seu governo reinará a impunidade e o silêncio dos túmulos. Reunindo-se a portas fechadas, é vaiado aonde vai, na condição factual de agente provocador. Em todos os Estados o índice de aprovação de sua candidatura presidencial situa-se na faixa crítica dos 20 por cento, enquanto o candidato aliancista envolve a preferência de mais de 70 por cento das massas populares. Sem programa, montado em medíocre cartilha de mentiras e enganações, Maluf centra suas energias na denúncia nos 74 anos de Tancredo, esquecendo-se que Nero, com apenas 29 anos de idade, ateou fogo em Roma, enquanto o hoje octogenário Pertini governa a mesma Itália unindo os italianos.

Ameaça os governos de oposição de que se vencer, no que acredita como louco, governará só com os amigos, sem ter na devida conta de que a concretização desta promessa o fará governar sozinho com os oportunistas, pois a Nação e os governadores maciçamente o repudiam. Sem enrubescer de vergonha, recebe as múltiplas denúncias de corrupção praticadas durante sua gestão no governo de São Paulo e para chegar a ele com desabrido sorriso, certo da impunidade, o que lhe vale a declaração do ex-governador baiano, Antônio Carlos Magalhães, de que os arquivos militares e dos órgãos de informação estão repletos de informações esclarecedoras. Sobre isto, a 3ª Vara Criminal de Salvador recebeu 1642 páginas datilografadas, distribuídas por quinze volumes e pesando 12 quilos. Na realidade, um verdadeiro caminhar de provas, que deverão ser a seu tempo ser respondidas pela bancada malufista nesta Casa.

Do outro lado o poder, Tancredo Neves sela alianças políticas com amplos setores da sociedade. Não há que se negar o caráter frentista das composições até aqui firmadas, tampouco seu conteúdo elitista. É inegável que ainda, hoje, história formal é feita pelas classes dominantes, mas o papel significativo que adquirem os operários, os agricultores, as mulheres, os estudantes, os Prefeitos, os empresários expressam a perspectiva de deslocamento do eixo das decisões. E, talvez, aí resida a principal tarefa dos movimentos populares e democráticos no Brasil presente.

A candidatura única das oposições revela, crescentemente, íntima identidade com a Nação brasileira. Os advogados, bispos, jornalistas, sindicalistas, através da Ordem dos Advogados do Brasil, da Associação Brasileira de Imprensa, a Conferência das Classes Trabalhadoras - CONCLAT avançam rapidamente na formulação de apoio à unidade das oposições, pelo fim do regime. A recente adesão do líder da bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal,

deputado Airton Soares, cristaliza que a candidatura transcende a existência dos partidos políticos e representa mesmo a esperança de todo o povo por dias melhores.

Confirmando ser uma verdadeira avalanche política pela democracia, os universitários do Paraná, reunidos, neste final de semana, em Paranaguá, no XXVIII Congresso Estadual da UPE, órgão máximo de decisão dos estudantes de ensino superior no Estado, resolveram apoiar o candidato único das oposições, que comprometido com o movimento de massas, aplique o seguinte plano de emergência:

- 1— Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana, de modo que preserve o funcionamento de Congresso Nacional;
- 2— Rompimento dos acordos com o FMI e suspensão do pagamento da dívida externa até que o povo se pronuncie sobre ela;
- 3— Fim da atual política econômica recessiva e aplicação de medidas de emergência contra a fome e o desemprego;
- 4— Estabelecimento de eleições diretas e livres em todos os níveis, inclusive para Prefeitos das Capitais, dos municípios considerados de área de segurança nacional e estância hidrominerais;
- 5— Reforma Agrária;
- 6— Garantia de amplas liberdades democráticas. Liberdade de Greve, de imprensa, de reunião e de organização partidária;
- 7— Fim de toda a legislação excepcional, inclusive da Lei de Segurança Nacional, e de todos os instrumentos de repressão dela decorrentes;
- 8— Representação política ampla do Distrito Federal;
- 9— Autonomia sindical em relação ao aparelho de Estado;
- 10— Reforma Tributária adotando medidas a favor dos Estados e municípios;
- 11— Reconhecimento e legalização da União Nacional dos Estudantes; e
- 12— Política educacional voltada para os interesses populares.

O amplo e significativo conteúdo desta deliberação do Congresso Estadual da UPE responde às necessidades políticas atuais, daí a razão de a proposta de boicote ao Colégio Eleitoral com greve geral, da atual Diretoria da UPE, ter sido derrotada por ampla margem.

No plano parlamentar, estão fora desta articulação pela candidatura única algo em torno de 40 parlamentares oposicionistas, eventualmente decisivos na votação do Colégio Eleitoral. Muitos porque se dizem comprometidos com a campanha das diretas já e que estariam, por conseguinte, impedidos no processo indireto. Outros porque envolvidos pelo discurso malufista, alguns alegando até relações de amizade pura e simples. A todos, entretanto, falta a compreensão de que a questão à política e nacional. Não se está discutindo o método de luta adequado para o momento atual, tampouco são necessárias demonstrações de purismo político.

O preito de respeito que devemos erigir a companheiros que, guidados por princípios, se recusam participar do Colégio Eleitoral não anula e fato de que o escritório eleitoral de Maluf tem dois pesos e duas medidas para os votos no Colégio Eleitoral: um para os que da oposição nele votarem; outro para os que da votação se ausentaram. Não se trataria de crueldade ou principismo político assinalar que não ir ao Colégio Eleitoral na conjuntura presente significa, em última análise, permitir que apenas o PDS vá ao Colégio.

Boicote ao Colégio Eleitoral não pode ser proposta

política das oposições, pois que elege o Deputado Maluf. As relações de força não contemplam uma realidade na qual as massas se movimentam pela via da tomada insurrecional ou revolucionária do poder, e se fosse esta a realidade, aí sim, estaríamos capitulando frente ao regime com a ida ao Colégio. Não é esta, absolutamente, a situação de hoje.

Na ordem do dia, então, coloca-se o apelo e a exigência patriótica a todos os democratas pelo engajamento decidido na mobilização nacional para dar fim ao regime militar e reestabelecer as liberdades e o progresso social. Ausentar-se, omitir-se ou transigir nesta jornada dará na repetição da história nefanda dos últimos vinte anos. Ações enérgicas, lúcidas e amplas precisam e estão sendo desencadeadas, decorrentes da consciência de perigo e defesa do povo brasileiro. Mudar é possível. VAMOS COLOCAR A SITUAÇÃO NO IMPERATIVO: MUDAR BRASIL. TANCREDO JÁ!"

Muito obrigado.

O Sr. Nelson Buffara — Concede-me um aparte, nobre Deputado?

O SR. SÉRGIO SPADA — Concedo o aparte ao nobre Deputado Nelson Buffara.

O Sr. Nelson Buffara — Deputado Sérgio Spada, agradeço a gentileza de Vossa Excelência em conceder-me este aparte.

Eu estou percebendo, com uma clareza meridiana, que a grande preocupação dos políticos do PMDB é criticar acerbamente, o grande candidato, já vitorioso, Paulo Maluf, a Presidência da República.

Eu lamento profundamente, que Vossa Excelência some-se a esses Deputados, que vez por outra têm criticado, sem medir consequências, o Deputado Paulo Salim Maluf, candidato em potencial a Presidência da República.

Eu acho, que creio com toda honestidade, que os políticos que assim fazem, assim agem, querem adquirir notoriedade, querem destacar-se, querem promover-se. Ontem foi, na opinião modesta deste Deputado, o início do fim da carreira de Tancredo Neves, para chegar a Presidência da República, quando no Estado do Maranhão, Estado do traidor José Sarney, Paulo Maluf conseguiu graças à sua habilidade, a sua competência, a sua honestidade, aos seus princípios sadios, demover a farsa, o embuste armado naquele Estado para votar em Tancredo Neves.

Ontem iniciou-se a derrocada, do candidato aliancista. Doravante, Vossa Excelência vai perceber, eminente Deputado Sérgio Spada, um declínio fragoroso, um declínio acentuado, do que se pensava ontem, que era o êxito que o Tancredo buscava, redondamente estavam aqueles políticos, aqueles Deputados.

Nós temos convicção plena, de que nos próximos 20 dias, modificações de base irão surgir, com Deputados Estaduais, Federais, que querem votar no Sr. Tancredo Neves, votar no candidato que tem melhor saúde, melhor competência, mais visão para gerir os destinos de um País com oito milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados.

Portanto, eu lamento que esses ataques proliferam, ataques sem base e sem argumento, porque Montoro já deu um atestado público de idoneidade a Paulo Maluf, quando por um ano pesquisou, devassou, invadiu a casa de sua progenitora e nada encontrou, que o incriminasse, o eminente Paulo Maluf.

Eu acho que o que se faz além disso, fora disso,

é apenas especulação, especulação, portanto, com todo o respeito, Vossa Excelência também está fazendo.

Muito obrigado pelo aparte que me concedeu.

O SR. SÉRGIO SPADA — Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, no entanto, não concordo com as colocações de Vossa Excelência, nobre Deputado.

Esses mesmos Deputados do Maranhão, que ontem foram ao Sr. Figueiredo, prestar solidariedade ao Paulo Salim Maluf, e ao Sr. Figueiredo propriamente, foram os mesmos que há poucos dias atrás vieram a Brasília, ou foram a Brasília prestar sua solidariedade ao Sr. José Sarney, e garantir-lhe na oportunidade, de que os votos do Maranhão, dos seis Delegados da Assembléia Legislativa seriam do Sr. Tancredo Neves.

Portanto, esses homens do PDS, do Maranhão, estão dia cá, dia lá e, até o final dessa campanha na corrida sucessória, "muita água irá rolar", e, com certeza, esses mesmos Deputados do Maranhão, terra do Senador José Sarney que até há poucos dias era o líder maior do Partido de Vossas Excelências, que não merecia críticas, pelo contrário, apoio, solidariedade, elogios, e que hoje, por não estar mais no seu partido, não presta mais, eu tenho certeza, nobre Deputado Nelson Buffara, que, o episódio que aconteceu na madrugada de ontem em Foz do Iguaçu, doravante espoucará por este Brasil inteiro! O Diretório do PDS daquela cidade, por não aceitar as imposições do próprio Presidente Figueiredo e da cúpula pedessista tanto estadual como nacional, não teve outra saída senão renunciar e autodissolver o Diretório Municipal do PDS de Foz do Iguaçu, uma atitude até mesmo democrática. Diria ao Sr., que nada tenho contra, não tenho nada a ver com o Partido do PDS em Foz do Iguaçu, mas se insere, esta manifestação dos pedessistas de Foz do Iguaçu, no contexto nacional, e esses atos hoje ocorrem de ponta a ponta, de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste nosso Brasil!

O Sr. Antônio Annibelli — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Estamos acompanhando o seu pronunciamento, com muito interesse, e, ouvíamos o aparte que o Deputado Nelson Buffara deu a Vossa Excelência, e estranhamos a sua atitude quando ele disse que o fato, de ontem, da Bancada Estadual do PDS do Maranhão ter ido ao Sr. Presidente da República, eu pensava que o Deputado Nelson Buffara ia se referir ao "malufismo" acontecido à tarde dentro do Congresso Nacional, pelo Presidente do Congresso Nacional, que, modificando uma Lei aprovada pela Câmara e pelo Senado sancionada ontem à tarde pelo Sr. Presidente da República, foi regulamentada, de acordo com os interesses do malufismo no Brasil, fazendo o voto, secreto, para as Assembleias Legislativas; quando Sua Excelência o Sr. Paulo Maluf havia ganhado duas eleições, através do voto secreto. Mas não é isto que nos perturba; Deputado Nelson Buffara, nós ficamos impressionados, é com a previsão da derrota do candidato Paulo Maluf, que já se fala, inclusive, na substituição do candidato, achando que o Sr. Paulo Maluf é muito ruim e que apenas três Governadores, dois, eleitos, e um, nomeado, o estão apoiando. Mas nós temos a certeza de que esses 17 Deputados que apoiaram o Sr. Sarney há 10 dias atrás, e que, ontem apoiaram o Presidente Figueiredo através da "malufada" do Presidente do Senado e do Congresso Nacional através do voto secreto, tenho a certeza, irão trair o último acordo que eles fizeram, e será eleito, no Maranhão, a maioria dos 6 Deputados, através daqueles que apoiam Tancredo Neves.



O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e é oportuna a denúncia de Vossa Excelência, nobre Deputado, sobre as artimanhas, sobre os abusos criados e praticados pela Direção do Congresso Nacional. O Sr. Moacir Dalla, Presidente daquela Casa, é "malufista" declarado e já se incompatibilizou com a Nação brasileira, quando não quis colocar na pauta da Ordem do Dia, a votação da Emenda Theodoro Mendes, ontem, ele deu mais uma das suas "aprontadas", deu mais uma "malufada", e é importante denunciar, nesta oportunidade, o esquema de pressão, até mesmo de perseguição por parte do próprio General Figueiredo, com relação aos Deputados do Maranhão - ergueu o telefone, e chamou um a um dos Deputados do PDS do Maranhão, para que comparecesse em Brasília e lá, certamente, fez uma lavagem cerebral em cada um deles, para fazer com que revertissem a posição anteriormente assumida.

O Sr. Mário Pereira — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Sérgio Spada, estranhável seria, se esse apoio da Bancada do Maranhão fosse da Bancada do PMDB, ao Sr. Paulo Maluf. Quem foi hipotecar solidariedade à candidatura Paulo Maluf, foram os Deputados do seu Partido.

No meu entendimento, o que está ocorrendo hoje no seio da agremiação que faz oposição no Paraná, o PDS, é que seus integrantes estão colocados entre duas opções: ou ficam com o candidato do seu partido Paulo Maluf e contra a Nação, ou ficam com a Nação brasileira, apoiando Tancredo Neves.

Essa luta desesperada e compreensível do candidato Paulo Maluf em buscar os votos do seu partido, é razão direta de estar a sua candidatura contra os interesses da totalidade, quase, da população brasileira.

Portanto, o Sr. Paulo Maluf tenta desesperadamente convencer os membros do PDS de que ele é o candidato do PDS: Realmente seria estranhável se a Bancada do PMDB do Paraná por exemplo, fosse hipotecar solidariedade ao Sr. Tancredo Neves e perigoso seria se fosse lá hipotecar solidariedade a Paulo Maluf. O que está ocorrendo, toda essa discussão é em função da Bancada não do PMDB e sim da Bancada do próprio PDS que em certa oportunidade, há dias atrás, por um voto a mais, apoiava Tancredo Neves. Agora, ontem por um voto a mais, apoia Paulo Maluf, mas mesmo que venha a apoiar Paulo Maluf, veja que é por um voto a mais somente. A Bancada do Maranhão está dividida entre o seu próprio Partido e o candidato da própria população brasileira. Portanto, é uma discussão que só leva à conclusão de que realmente é muito difícil de passar, de ser engolida pela Nação brasileira, a candidatura, do Sr. Paulo Maluf que nem o seu próprio partido está conseguindo assimilar.

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) P — A Mesa comunica que o seu tempo está esgotado.

O SR. MÁRIO PEREIRA — A Liderança concede o restante do tempo ao Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA — Aliás, Deputado Mário Pereira, a os pedessistas menos empedernidos, mais esclarecidos, com uma visão um pouco mais ampla, estão "tirando o time" desse seu partido, o PDS, porque sabem, tem consciência de que esse partido está fadado a sumir do quadro político brasileiro e nesse

sentido, está aí a declaração de cinco Governadores, a declaração do Governador Jair Soares, do Espiridiano Amin, enfim, de uma grande parcela do PDS e das maiores lideranças desse próprio Partido.

O Sr. Gabriel Manoel — Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Sérgio Spada, vemos Vossa Excelência e o orador que nos antecedeu a pedir aparte a Vossa Excelência, a dizer que José Sarney é um homem bom, é um homem salvador do mundo. Sarney o homem que ajuda a cassar os próprios companheiros do antigo MDB, hoje o homem que está num pedestal. Queremos, Deputado Sérgio Spada, apenas justiça: Maluf há de ser o Presidente da República, embora Vossas Excelências, assim não o queiram.

Dizíamos nós desta aliança exdrúxula, como pode Vossa Excelência encarar, como podem Vossas Excelências encararem uma aliança com os homens que cassaram os seus companheiros? Como podia Juscelino Kubitschek nesta hora sair deste túmulo e ver Vossas Excelências a defender os coveiros da Nação, a defender Aureliano Chaves a defender, Deputado, os homens que quiseram enterrar a Nação? Vossas Excelências, Deputado Sérgio Spada são contra agora o voto secreto. Vossas Excelências que tanto propagaram e propalaram as eleições diretas que o Sr. José Sarney sabotou. Como podem Vossas Excelências enfrentar não os seus adversários, não os seus companheiros, mas as suas próprias famílias dos homens que enterraram? Como pode, Deputado Annibelli, defender os homens que ontem foram os coveiros da Nação? Como pode Vossa Excelência vir a esta tribuna defender os homens que queriam o AI 5? Como pode Vossa Excelência enfrentar, Deputado Sérgio Spada, os seus companheiros de Foz do Iguaçu, numa aliança espúria, uma aliança que nos causa espécie do Deputado Antônio Annibelli que eu o tinha em outro conceito. A defender o que não é justo, a defender, Deputado Sérgio Spada. Mas, como pode Vossa Excelência, homens combativos, realistas do Paraná, como pode Deputado, Vossa Excelência ir com Aureliano Chaves. Como pode Vossa Excelência e os componentes desta tribuna, os componentes desta Assembléia votar num José Sarney? O traidor, que há de trair Vossa Excelência também. Não vai trair porque Paulo Maluf há de ser o Presidente da República.

Vossa Excelência não tem condições de dormir sossegado, nem o Deputado Annibelli ao defender os coveiros da Nação. Obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA — Agradeço o aparte Deputado Gabriel Manoel. Esse é Sr. Presidente e Srs. Deputados, mais um apoio à candidatura do Sr. Tancredo Neves, do estudantado do Paraná, da significativa parcela da juventude paranaense, que, somado aos outros órgãos como a ABI, OAB, Igreja, professores, operários, grande parte da classe política estão hoje apoiando a candidatura do Sr. Tancredo Neves para a salvação desse nosso Brasil que infelizmente encontra-se no fundo de um poço.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,



com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa registra com satisfação a presença em Plenário, do Sr. Waldemar Alegrette, Presidente da CELEPAR.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr.

Deputado Tércio Albuquerque, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**REDAÇÃO FINAL** – Do Projeto de Lei n.º 231/84, (Mensagem n.º 193/84), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Especial, no valor de Cr\$ 400.000.000. (quatrocentos milhões de cruzeiros), ao orçamento atual da Assembléia Legislativa, destinados a atender despesas com obras e instalações.

**Aprovado.** (Publicado no D.A. 101, de 9/10/84).

**REDAÇÃO FINAL** – Do Projeto de Lei n.º 234/84, (Mensagem n.º 183/84), que autoriza o Poder Executivo abrir Créditos Especiais que alteram os orçamentos da PARANATUR, DIOE e TECPAR, nos valores de Cr\$ 460.000.000. (quatrocentos e sessenta milhões de cruzeiros), Cr\$ 1.000.000.000. (um bilhão de cruzeiros) e Cr\$ 1.050.000.000. (um bilhão e cinquenta milhões de cruzeiros), respectivamente.

**Aprovado.** (Publicado no D.A. 101, de 9/10/84).

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Lei n.º 86/83, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que estabelece Código de uso do solo agrícola para o Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL E EMENDAS da C.C.J., por maioria. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F., ao projeto por unanimidade. Com PARECERES FAVORÁVEIS das C.A.; C.T.I.C. e C.E.M.A. ao projeto e EMENDAS n.ºs 1 e 2 da C.C.J. e CONTRÁRIOS às Emendas n.ºs 3 e 4 da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda de n.º 01. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 02. **Aprovada.**

Em votação o Projeto. **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Lei n.º 120/84, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSO, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Castelo Branco, o imóvel de propriedade do Estado, constituído da data de terra n.º 9, da quadra n.º 13, com área global de 957,00 m<sup>2</sup> e localização que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Lei n.º 233/84, (Mensagem n.º 182/84), de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Guarapuava, uma área de terreno situada na zona sul da sede do referido município, medindo 83.231, 57 m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado, conforme parte de transcrição n.º de ordem 24.274, do Livro 3-P, Fls. 103, do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Resolução n.º 115/84,

(Mensagem n.º 128/84 - ex-Proposição n.º 131/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Umuarama, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

**Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Resolução n.º 116/84, (Mensagem n.º 138/84 - ex-Proposição n.º 141/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando construção do Terminal Rodoviário de Passageiros na sede do referido município. **Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Resolução n.º 117/84, (Mensagem n.º 112/84 - ex-Proposição n.º 123/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Mariluz, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

**Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Resolução n.º 118/84, (Mensagem n.º 104/84 - ex-Proposição n.º 98/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 31.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Flórida, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

**Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Resolução n.º 121/84, (Mensagem n.º 110/84 - ex-Proposição n.º 121/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 09.04.84, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colombo, objetivando realização da Festa da Uva, no referido Município.

**Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Resolução n.º 122/84, (Mensagem n.º 129/84 - ex-Proposição n.º 132/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de Revigoração de 24.04.84 aos Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e Municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos dos Programas adiante mencionados.

**Aprovado.**

**3ª DISCUSSÃO** – Do Projeto de Resolução n.º 123/84, (Mensagem n.º 125/84 - ex-Proposição n.º 134/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira de

08.07.83, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Santa Cecília do Pavão, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 124/84, (Mensagem n.º 116/84 - ex-Proposição n.º 127/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, em 03.03.84, através da PARANATUR, e o Município de Curitiba, através da Fundação Cultural de Curitiba, objetivando execução dos Projetos e Programas de Incentivo aos Festejos Carnavalescos de 1984, no referido município.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 125/84, (Mensagem n.º 105/84 - ex-Proposição n.º 114/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 126/84, (Mensagem n.º 122/84 - ex-Proposição n.º 129/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 21.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Segurança Pública e o Município de Toledo, objetivando regular a implantação dos serviços de segurança contra incêndios e a prestação de socorros públicos na área do referido município.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 127/84, (Mensagem n.º 114/84 - ex-Proposição n.º 125/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 128/84, (Mensagem n.º 126/84 - ex-Proposição n.º 135/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 17.04.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Rolândia, objetivando execução de obras em conformidade com o PRONOROESTE.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 129/84, (Mensagem n.º 141/84 - ex-Proposição n.º 139/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio, celebrado em 14.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Colorado, objetivando

realização da XI FESTA DO PEÃO DE COLORADO.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 132/84, (Mensagem n.º 127/84 - ex-Proposição n.º 130/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Sapopema, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 133/84, (Mensagem n.º 109/84 - ex-Proposição n.º 120/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 30.03.84, a Convênios celebrados em 20.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros da COMEC em obras públicas nos referidos municípios.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 134/84, (Mensagem n.º 117/84 - ex-Proposição n.º 128/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR, e os municípios que especifica, datados de 24.04.84, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 135/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 133/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Convênios, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios que especifica, com participação da FAMEPAR, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao "PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA".

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 136/84, (Mensagem n.º 111/84 - ex-Proposição n.º 122/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Ortigueira, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes.

**Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 137/84, (Mensagem e ex-Proposição n.º 140/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Convênio celebrado em 18.06.84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de Morretes, objetivando a realização da I Festa-Feira Agrícola e Artesanal de Morretes.

**Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 50/83, de autoria do Deputado TADEU FRANÇA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré, o imóvel de propriedade do Estado, que especifica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.I.C., por unanimidade.— *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 49/83, de 16/05/83).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 50/83

PARECER:

Pretende o nobre Deputado Tadeu França, com o presente Projeto de Lei, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Kaloré, o imóvel de propriedade do Estado, conforme especifica.

Depreende-se pela justificativa afirmada, que o imóvel, objeto da doação, será utilizado pelo município para a instalação de obras comunitárias e de interesse social.

Nos termos legais e constitucionais a que é chamada a opinar essa Comissão de Constituição e Justiça, temos que a matéria está regulada no art. 21, inciso VIII - letra C da Constituição Estadual, quando estabelece as competências deste Poder Legislativo, com a sanção do Governador do Estado.

Assim sendo, face a inexistência de óbices, legais ou constitucionais, opinamos favoravelmente à sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1983.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
GILBERTO CARVALHO — Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E  
COMUNICAÇÕES  
PROJETO DE LEI N.º 50/83

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Tadeu França, o Projeto de Lei em exame tem como objetivo doar ao Município de Kaloré o imóvel de propriedade do Estado conforme especifica, gravando-o com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

A Comissão de Constituição e Justiça já se manifestou favoravelmente ao Projeto em trâmite.

Tratando-se de matéria de alto alcance social, de vez que, transfere para o município de Kaloré imóvel inaproveitável pelo Estado, o que possibilitará ao município utilizá-lo em obras comunitárias, conforme ofício n.º 347/83 do Sr. Prefeito Municipal daquela Comuna, sendo portanto, justa e louvável a doação.

Do ponto de vista da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, temos que nada impede que o projeto em tela mereça a aprovação desta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 22 de maio de 1984.

(aa) EDUARDO BAGGIO — Presidente;  
MÁRIO PEREIRA — Relator.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E  
COLONIZAÇÃO  
PROJETO DE LEI N.º 50/83

PARECER:

O Projeto de Lei em pauta, tem como escopo, doar ao Município de Kaloré, o imóvel de propriedade do Estado.

O projeto vem tendo tramitação normal nesta Casa e merecido parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça, Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

O aspecto legal e constitucional da matéria já foi devidamente analisado e no âmbito desta Comissão de Terras, Imigração e Colonização, chamada a opinar sobre o seu mérito, temos que a presente doação tem por finalidade a instalação de obras comunitárias e de interesse social no município de Kaloré, o que por si só nos convence de sua oportunidade.

Nestas condições, o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1984.

(aa) JOSÉ ANTÔNIO FONSECA — Presidente;  
EDUARDO BAGGIO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 156/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VENDELINO DA PARÓQUIA DO ESPÍRITO SANTO", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 60 de 26/06/84).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 156/84

PARECER:

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado EDMAR LUIZ COSTA, tem por finalidade declarar de utilidade pública a "AÇÃO SOCIAL SÃO VENDELINO DA PARÓQUIA DO ESPÍRITO SANTO", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 12 de setembro de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR — Presidente;  
HERMAS BRANDÃO — Relator.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA FÉ E CARIDADE", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 62, de 28/06/84).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 161/84

PARECER.

O presente plano de Lei de autoria do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Centro Espírita Fé e Caridade", com sede e foro na cidade de Ponta Grossa.

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n.º 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 165/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 136/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Mandaguari, data de terras n.º 20, da quadra n.º 5, havida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 7.238, do Livro 3-B, de Transcrições do 1.º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Apucarana, conforme especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 65, de 01/08/84).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 165/84

PARECER:

O presente Plano de Lei oriundo de Mensagem Governamental, tem por finalidade autorizar a doação de imóvel que especifica de propriedade do Estado, ao município de Mandaguari.

Segundo a Mensagem que encaminha o Projeto de Lei, tal imóvel se encontra sem utilização pelo Estado, não havendo também qualquer previsão para a sua destinação pela administração pública.

Assim sendo, tal doação irá beneficiar a comunidade de Mandaguari, que poderá destinar aquele imóvel para os interesses da sua laboriosa população.

Legal e constitucionalmente, a matéria, não encontra qualquer óbice que possa impedir sua Aprovação.

Com isso o nosso Parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em,

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 166/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 131/84), que objetiva dar nova redação ao Art. 2.º, da Lei n.º 7.169, de 18.06.79, a fim de que o Conselho Estadual do Esporte volte à sua antiga denominação de “Conselho Regional de Desportos”. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. – *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 65, de 01/08/84).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 166/84

PARECER:

O Poder Executivo Estadual, através da Mensagem n.º 131/84, propõe dar nova redação ao Art. 2.º, da Lei n.º 7.169, de 18 de junho de 1979.

Tal é o conteúdo do presente projeto de lei, que pretende que o Conselho Estadual do Esporte volte à sua antiga denominação de Conselho Regional de Desportos.

A atual denominação foi dada quando o referido Conselho passou a integrar a recém-criada Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

A medida proposta, devolvendo a antiga designação, visa atender recomendação do Conselho Nacional de Desportos, bem como, harmonizar o órgão estadual congênere com as normas gerais sobre desportos, emanadas da Lei Federal n.º 6.251, de 08 de outubro de 1975-e de seu regulamento, baixado pelo Decreto Federal n.º 80.228, de 25 de agosto de 1977.

Por outro lado, ao examinarmos a referida matéria, não encontramos qualquer entrave, seja de natureza legal, seja de natureza constitucional, ao trâmite da mesma. Mesmo

porque, inclusive, a iniciativa na matéria - conforme o art. 47, inciso XVIII, da Carta Magna Estadual - é prerrogativa do Chefe do Poder Executivo.

Neste sentido, é natural manifestarmos nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do projeto de lei em pauta.

Tal é o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 07 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR – Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO – Relator.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES  
PROJETO DE LEI N.º 166/84

PARECER:

O Projeto de Lei em exame tem origem na Mensagem Governamental n.º 131/84 e pretende alterar a redação do art. 2.º, da Lei n.º 7.169, de 18 de junho de 1979.

A nova redação devolve ao Conselho Estadual do Esporte a sua antiga denominação de Conselho Regional de Desportos.

Objeto de exame por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, a proposição recebeu o necessário Parecer favorável, pois enquadra-se nas exigências constitucionais, legais e regimentais.

Os Conselhos Regionais de Desportos fazem parte do Sistema Desportivo Nacional e possuem atribuições específicas, determinadas pelo Decreto Federal n.º 80.228/77, em seu artigo n.º 164.

A medida, ora proposta, visa guardar a necessária harmonia com as normas gerais sobre desportos, permitindo, desta forma, uma melhor coordenação entre as iniciativas locais e as iniciativas à nível nacional.

Portanto, consideramos que do ponto de vista desta Comissão de Cultura e Esportes, não existe qualquer óbice à matéria. Neste sentido, manifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03 de setembro de 1984.

(aa) EZEQUIAS LOSSO – Presidente;  
ODENI MONGRUEL – Relator.

1a. DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 167/84, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 132/84), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Porto Vitória, um terreno com área de 2.700,50m<sup>2</sup>, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º 8.911, do Livro 3-1, do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de União da Vitória, na forma que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. – *Aprovado. (Publicado no D.A. n.º 65, de 01/08/84).*

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 167/84

PARECER:

O Projeto de Lei em exame tem origem na Mensagem n.º 132/84, do Poder Executivo e pretende conceder autorização ao Governo do Estado, para que o mesmo possa doar ao Município de Porto Vitória, o terreno com área de 2.700,50m<sup>2</sup>, com frente para a Rua Oswaldo Gomes da Silva, parte integrante de área maior, adquirida pelo Estado do Paraná, conforme transcrição 8.911, às fls. 158 do livro 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória, contendo um prédio em alvenaria de tijolos onde funcionava o antigo Grupo Escolar.

A matéria é de exclusiva competência do Chefe do Poder Executivo, conforme a Carta Magna Estadual, estando, portanto, de acordo com os necessários preceitos constitucionais. Por outro lado, não há qualquer óbice de

natureza legal ou regimental, que impeça a tramitação da mesma.

Neste sentido, levando em consideração o que deve esta douta Comissão de Constituição e Justiça manifestar, expressamos o nosso posicionamento favorável ao referido projeto de lei, opinando-se pela sua aprovação.

É o nosso Parecer, que entregamos à apreciação dos nobres pares.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Relator.

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 138/84, (Mensagem n.º 92/84 – ex-Proposição n.º 109/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 25.05.79 e Termos Aditivos com datas que especifica, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura e Ministério da Agricultura, através da Delegacia Federal da Agricultura no Paraná, objetivando execução pela CLASPAR, dos serviços que especifica, para fins de Comercialização. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 139/84, (Mensagem n.º 115/84 – ex-Proposição n.º 126/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 14.09.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Figueira, objetivando adoção de ação conjunta com vistas a execução do “PROSAFRAS”, no exercício de 1983. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 140/84, (Mensagem n.º 76/83 – ex-Proposição n.º 77/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação e Compromisso celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Quitandinha, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 141/84, (Mensagem n.º 130/84 – ex-Proposição n.º 136/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da “FAMEPAR” e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “Programa de Mobilização Energética”. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO – Do Projeto de Resolução n.º 142/84, (Mensagem n.º 152/84 – ex-Proposição n.º 155/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento em 29.06.84 e os municípios que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros vinculados ao “PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO ENERGÉTICA”. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Donato Gulin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Will Carlo Meira de Andrade, ocorrido no dia 21 de outubro do corrente ano. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ciro Andrade Fogaça, ocorrido no dia 22 de outubro do corrente ano, no Município de Ubatã. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 30.º aniversário de fundação da Academia Universal Arte e Profissão, no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 249/84, de sua autoria, denominando Júlio Zacharias a Rodovia PR - 555, em construção. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 224/84, que dispõe sobre Resumo dos Quadros de Oficiais objeto da Mensagem Governamental n.º 177/84. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, encarecendo a implantação de uma linha de transporte coletivo rodoviário entre os Municípios de Teixeira Soares e Ponta Grossa, bem como a criação de novos horários na linha existente entre Ponta Grossa e Irati, via Teixeira Soares. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Coordenador da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, encarecendo a criação de uma Estação de Piscicultura no Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo a criação e implantação de um Centro Experimental do IAPAR no Município de Manoel Ribas. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a construção de um Centro de Saúde tipo CS-1, no Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Agricultura, encarecendo para que, por intermédio da CAFE DO PARANÁ, seja criada uma Estação de Piscicultura no Município de Jardim Alegre. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Chefe da Casa Civil, para que o mesmo determine à

Secretaria do Planejamento o encaminhamento de cópias dos documentos denominados "Cadastros Financeiros" de todos os projetos e atividades de cada um dos órgãos da administração direta e indireta, referente ao exercício de 1985. Rejeitado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA – (Pela Ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. ROBERTO REQUILÃO – (Pela Ordem) Sr. Presidente, requeiro que a votação seja feita por chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. ROBERTO REQUILÃO – (Pela Ordem) Retiro o requerido.

O SR. PRESIDENTE – (Trajano Bastos) A Mesa irá proceder a verificação de votação requerida. (É procedida a verificação de votação).  
17 Srs. Deputados rejeitam; 5 Srs. Deputados aprovam.

Não há quorum para deliberação, somente para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL – dos Projetos de Lei n.ºs 29/84, 233/84.

2.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 50/83, 156/84, 161/84, 165/84, 166/84, 167/84.

e dos Projetos de Resolução n.ºs 138/84, 139/84, 140/84, 141/84, 142/84.

1.ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei n.ºs 169/84, 171/84, 186/84, 187/84, 191/84, 194/84, 195/84, 246/84.

A Presidência anuncia ainda, a inclusão na Ordem do Dia para quinta-feira, dia 25 de outubro,

1.ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n.º 240/84 (Orçamento Plurianual de Investimentos - 1985 à 1987).

do Projeto de Resolução n.º 175/84 (Orçamento das Empresas Estatais).

Levanta-se a sessão.